

HABEAS CORPUS Nº 493.285 - MG (2019/0041734-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : RENATA FERNANDES HANONES CARPANEDA E OUTROS

ADVOGADOS : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO - DF006534

ERICO BOMFIM DE CARVALHO - DF018598

ADVOGADOS : GABRIELA DOURADO - DF031721

RENATA FERNANDES HANONES CARPANEDA - DF039487

IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO

PACIENTE : FABIO ANTONIO POZZI

DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal em decorrência de determinação de execução do acórdão de segundo grau, determinada pelo Tribunal *a quo* depois do julgamento da Apelação n. 2000.38.03.006629-5.

Os impetrantes explicam que ocorreu a "expedição de guia de execução provisória da pena restritivas de direitos imposta ao ora paciente" (fl. 4), na pendência do "juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário" (fl. 5), o que estaria em confronto com o art. 147 da LEP, que veda a providência "antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória" (fl. 4).

Requerem a revogação do ato apontado como coator.

Decido.

Com a ressalva de minha compreensão sobre o tema, deve ser prestigiado o entendimento majoritário da Terceira Seção que, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.619.087/SC concluiu pela **impossibilidade de execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação**. Confira-se:

[...]

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, **não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.**

[...]

(**EREsp n. 1.619.087/SC**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, Rel. p/ acórdão Ministro **Jorge Mussi**, 3ª S., DJe 24/8/2017, grifei)

Tal entendimento **foi reafirmado em 24/10/2018, no julgamento do AgRg no HC n. 435.092/SP**, Rel. p/ acórdão Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo o habeas corpus, in limine, para suspender a execução das penas restritivas de direitos impostas ao paciente até o trânsito em julgado da sua condenação.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**